

A FERRO E OURO

Duas novas minas encravadas na Amazônia podem acabar com a precarização que sempre marcou o garimpo no país. Mas isso só ocorrerá se elas não repetirem os erros do passado

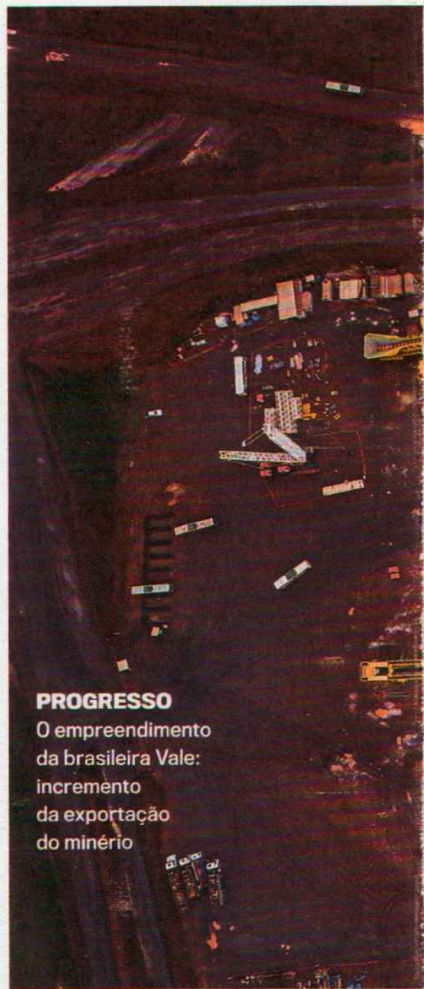
JENNIFER ANN THOMAS, de Canaã dos Carajás (PA)

UM ANO ANTES do lançamento do belo filme *Bye Bye Brasil* (1980), um garimpeiro descobrira ouro na região de Serra Pelada, na atual cidade de Curionópolis, no interior paraense. Daquela descoberta nasceria o fenômeno chamado Serra Pelada, uma mina que recebeu 100 000 garimpeiros e espantou o mundo pela sua dimensão épica — de homens, como formigas, amontoando-se em crateras gigantescas de onde tiraram, em apenas um ano, 30 toneladas de ouro. No ano seguinte, *Bye Bye Brasil*, de Cacá Diegues, chegou às telas narrando a saga fictícia de artistas ambulantes que, a bordo da Caravana Rolidei, levavam seu espetáculo aos confins do país, incluindo a região amazônica. Quando chegam a Altamira, no interior do Pará, estão em busca da promessa de lucro rápido, dada a enormidade de pesos que migraram para a cidade à procura de emprego, incluindo as mineradoras locais.

Agora, um novo filme poderia ser rodado na imensidão do Pará, com uma diferença crucial: as condições completamente insalubres em que trabalhava o formigueiro humano de Serra

Pelada pode ter ficado no passado. Depois de quase quatro décadas, e já com o valioso minério tendo praticamente desaparecido da superfície — mas existe no subsolo, de difícil acesso —, dois novos projetos de mineração prometem modernizar a exploração das riquezas no Pará. Um temor, no entanto, permanece no horizonte: ao mesmo tempo em que podem servir de exemplo de como garantir o progresso com menor impacto ambiental e social, ambas as empreitadas correm o risco de acabar repetindo a história, reprisando tragédias combinadas com enredos de miséria que tantas vezes acompanharam a corrida do ouro nas minas do Norte.

A Vale, a principal mineradora do Brasil e a oitava maior do mundo, e a Belo Sun, empresa canadense controlada pelo grupo de investimentos Forbes & Manhattan, estão à frente dos tais projetos. A Vale inaugurou, em dezembro passado — após quinze anos de estudos e obras, delongadas pelas difíceis negociações com órgãos am-



PROGRESSO

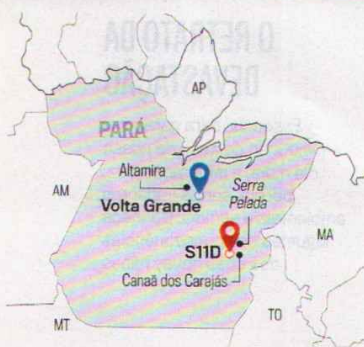
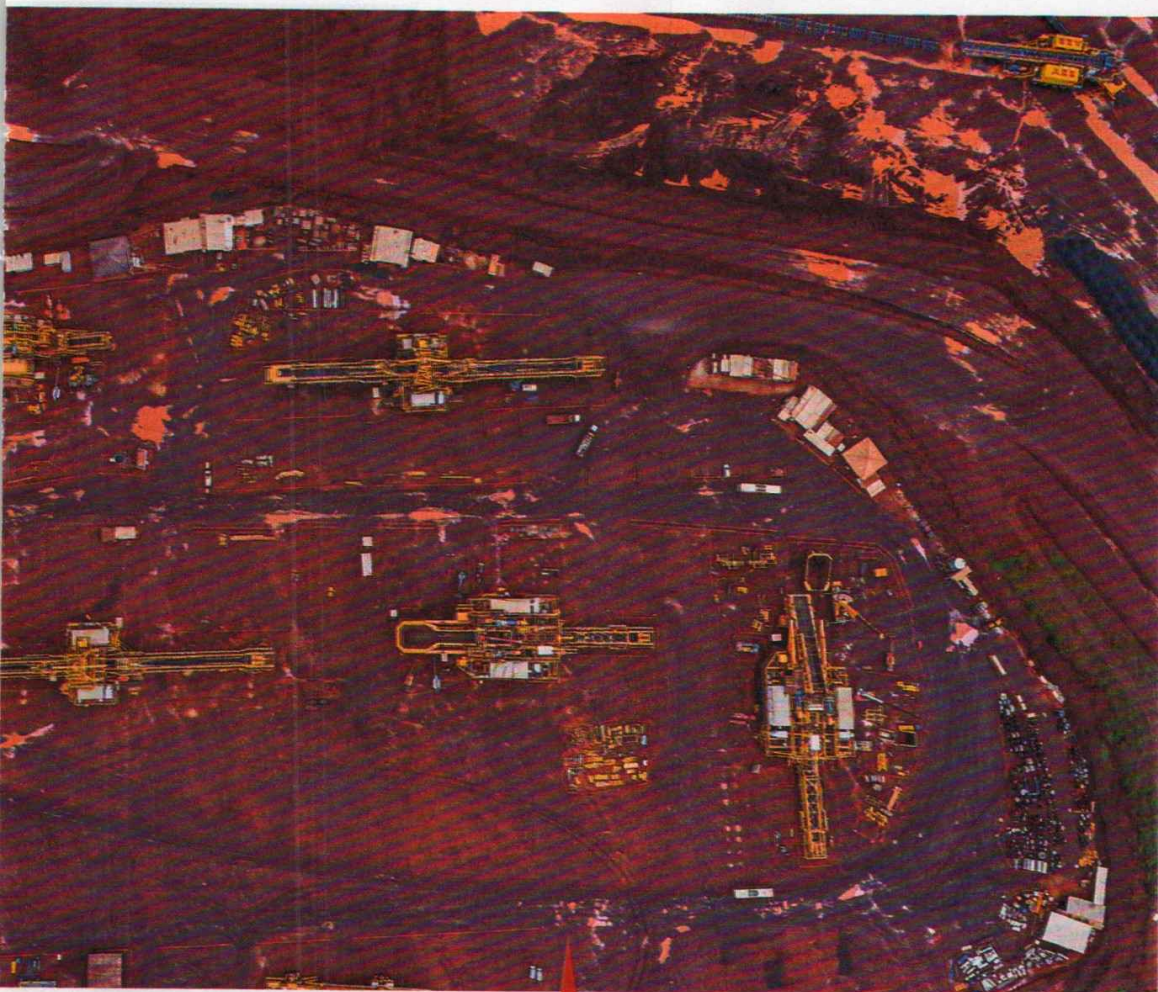
O empreendimento da brasileira Vale: incremento da exportação do minério

SONHO DOURADO

Os projetos, localizados no interior paraense, procuram modernizar a mineração, uma atividade historicamente marcada pelo descaso com a natureza e por condições insalubres de trabalho



BAIXE O APLICATIVO BLIPPAR E
OUÇA O TEXTO DESTA REPORTAGEM



S11D, da Vale

MATERIAL EXTRAÍDO	Ferro
CONCLUSÃO DAS OBRAS	Dezembro de 2016
INVESTIMENTOS EM ESTRUTURA	45 bilhões de reais
ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO	90 milhões de toneladas em 2020 (o que a tornará a maior do gênero no mundo)
EMPREGOS CRIADOS	2700

Volta Grande, da Belo Sun

Ouro
2020*
1,22 bilhão de reais
60 toneladas de ouro em doze anos (o que fará dela a maior do tipo no Brasil)
526*

*Previsão

bientais e sociais —, a mina de ferro S11D, localizada nas proximidades de Canaã dos Carajás, a 145 quilômetros de Serra Pelada. Prevê-se, com a iniciativa, a extração de 90 milhões de toneladas de minério de ferro a partir de 2020, o que tornará o empreendimento o líder mundial em seu gênero. Já a Belo Sun diz pretender começar o mais depressa possível as obras de Volta Grande, que será a maior mina de ouro do país — ela leva o mesmo nome da região onde vivem ribeirinhos e indígenas. O projeto teve início em 2012, mas está paralisado desde fevereiro passado, por ordem da Defensoria Pública do Estado do Pará e do Ministério Público Federal, porque a companhia canadense não cumpriu obrigações sociais com as quais havia se comprometido. Existe ainda a desconfiança de que a Belo Sun teria negociado com grileiros terras em que montaria a estrutura de seu empreendimento.

Ambas as empresas, é claro, garantem que respeitam totalmente a natureza e os nativos em sua atuação, num setor marcado, em larga escala, exatamente pelo contrário. Por enquanto, a Vale tem agido de acordo com esse discurso. A Belo Sun, contudo, vem demonstrando que pode reeditar os problemas causados por outra empreitada localizada a meros 11 quilômetros de distância: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com potencial total de 11,2 mil megawatts, que abastecerá 60 milhões de pessoas em dezessete estados. Com obras ainda em andamento, trechos de Belo Monte começaram a ser inaugurados no ano de 2016. Sua estrutura ganhou corpo no meio do Rio Xingu, que se estende por 1 799 quilômetros até se tornar um afluente do Amazonas. A construção foi criticada porque reduzia em 80% o fluxo de águas fluviais, afetando a fauna e a flora, e por ter causado, se-

gundo o Ministério Público Federal, o etnocídio de culturas indígenas, ao provocar conflitos em aldeias, separar membros de uma mesma tribo e prejudicar a prática das tradições dos nativos, como as que envolviam a caça de subsistência e a pesca no rio. Além disso, pesa contra a Belo Monte a acusação de haver desabrigado 20 000 pessoas e impulsionado outras 100 000 a mudar de sua cidade. Em 2009, um estudo de 230 páginas assinado por quarenta especialistas, como biólogos e engenheiros, afirmou que o projeto era inviável tanto do ponto de vista ambiental como do social. A pressão, capitaneada por protestos nas ruas e em redes sociais, levou à diminuição do escopo do projeto de Belo Monte, que inicialmente previa mais barragens rio acima e maior área alagada.

Na aldeia Miratu, da Terra Indígena Paquicamba, Silvia Juruna, mulher do cacique, teme que a experiência com Volta Grande, da Belo Sun, seja ainda pior do que a tragédia de Belo Monte. “Durante a construção da usina, ouvíamos explosões o tempo todo, e hoje não podemos mais contar com o Xingu para a nossa sobrevivência. Mal nos readaptamos e, agora, outra obra está por vir, exigindo que todos os que aqui vivem transformem radicalmente sua vida”, reclama ela. Na vizinha Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Josélia Arara, neta do fundador da aldeia, é assertiva: “Na época de Belo Monte, fizemos de tudo para impedir o início da obra. Batalharemos quanto for necessário para que, desta vez, com Belo Sun, nos escutem”.

A empresa canadense chegou à região em 2012, quando pagou 7 milhões de reais aos donos dos garimpos antigos para que fechassem seus negócios e concedessem as terras para que



NATUREZA (QUASE) MORTA

Trecho da Floresta Amazônica que deve ser desmatado pela canadense Belo Sun

O RETRATO DA DEVASTAÇÃO

Essencial para garantir a produção de itens de nosso dia a dia, a mineração traz, porém, sérios impactos ambientais e sociais. Conheça algumas das consequências das duas novas minas



BAIXE O APLICATIVO
BLIPPAR E ASSISTA A
TRANSFORMAÇÃO DA
PAISAGEM NA REGIÃO
DAS NOVAS MINAS



Volta Grande, da Belo Sun

ÁREA DESMATADA

227 hectares*

*O equivalente a um Parque Ibirapuera e meio,
um dos maiores do Brasil, localizado em São Paulo*

POLUIÇÃO

**35 milhões de metros cúbicos de rejeitos
químicos da mineração devem ser depositados
ao longo de doze anos**

*Esse volume representa metade do que vazou na tragédia de Mariana (MG),
em 2015, da barragem de Fundão, e que afetou 700 quilômetros do Rio Doce*

DESABRIGADOS

**1 000 pessoas, de cinco vilas, já sabem que
vão perder sua casa**

**Duas reservas indígenas devem sofrer com os efeitos da mineração,
que pode poluir as águas de rios e espantar animais**

*Previsão



S11D, da Vale

1 491 hectares

O equivalente a dez parques Ibirapuera

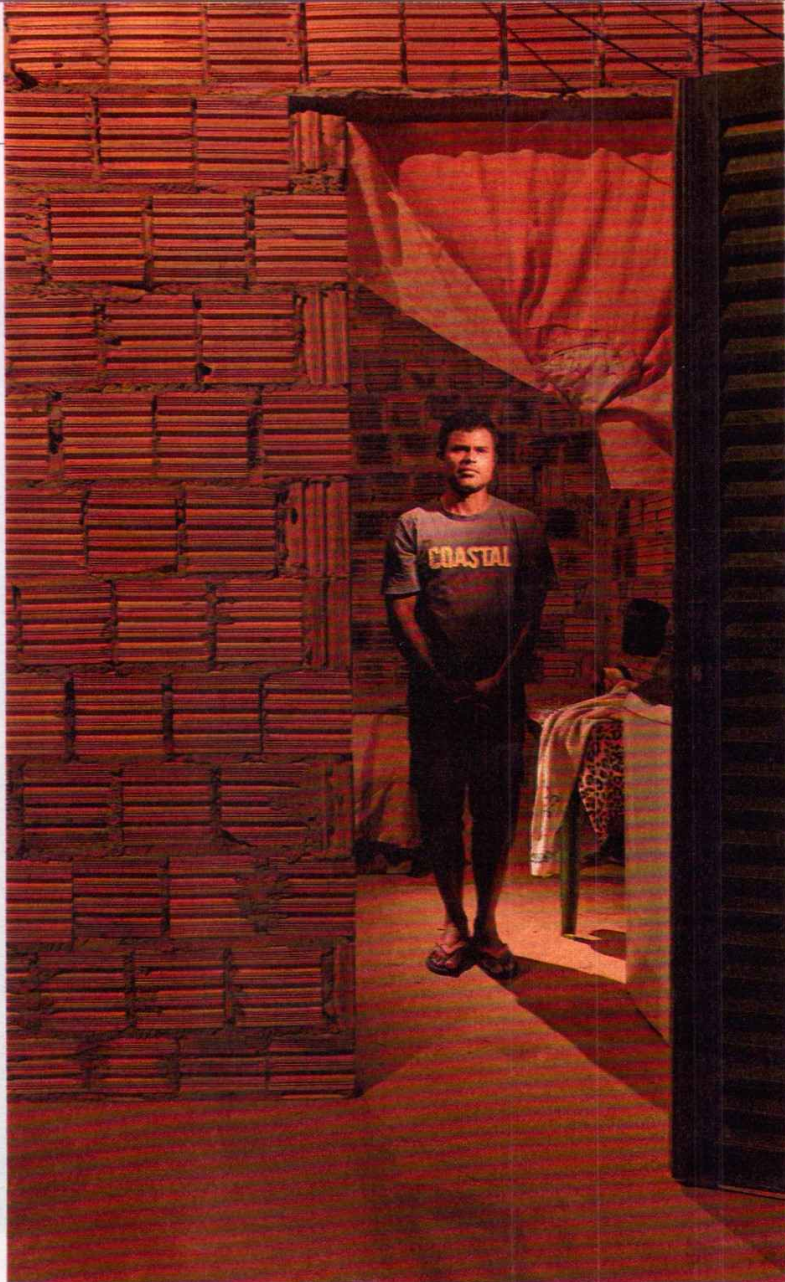
**1,3 bilhão de toneladas de material
estéril, sem valor econômico, serão
geradas ao longo de trinta anos**
*A capital paulista levaria 285 anos para
produzir a mesma quantidade de lixo doméstico*

**300 pessoas de uma vila de Canaã dos Carajás
perderam sua casa e foram realocadas**

**Duas lagoas, a do Violão e a do Amendoinho,
correm o risco de ser soterradas**

ela começasse o empreendimento de Volta Grande. Desde então, a Belo Sun está brigando na Justiça para poder explorar, em escala industrial, o ouro escondido no subsolo. A região onde a companhia pretende instalar a mina tem quase 3 000 hectares de extensão — nela existiram os garimpos Ouro Verde, Galo e Ressaca. Para a execução das obras, será necessário ocupar uma área de 600 hectares, incluindo o desmatamento de 300 hectares da Floresta Amazônica. Duas reservas indígenas e cinco vilas, com um total de 1 320 habitantes, serão diretamente impactadas pela operação. A mina de ouro ficará a 11 quilômetros da barragem do Pimental, no Rio Xingu, integrante da estrutura de Belo Monte.

Segundo o MPF, o certo seria esperar ao menos seis anos a partir do lançamento de Pimental, em 2016, para observar o impacto dessa estrutura e só então definir se poderia ser levantado outro grande empreendimento, como o da Belo Sun, na mesma região. Afirmou a procuradora Thais Santi, que cuida do caso: “Ainda não se sabe como o habitat e as cidades terão de se transformar depois que a hidrelétrica começar a atuar em capacidade máxima. Só quando isso ocorrer será possível avaliar se o ambiente conseguiria suportar uma nova intervenção humana. O mínimo que exigimos é essa precaução”. Há ainda outras agravantes. Para conter rejeitos da mineração, o projeto da Belo Sun prevê a construção de uma nova barragem — desenhada pelo mesmo engenheiro que construiu a barragem de Fundão, em Mariana (MG), que se rompeu em 2015 e causou a maior tragédia ambiental da história do país, que vitimou dezenove pessoas e cobriu de lama cidades ao longo de 700 quilômetros das margens do Rio Doce. Executivos da Norte Energia, responsável pela concessão de Belo Monte, ainda de-



“Muitos vieram à cidade de Canaã para trabalhar na nova empreitada da Vale. O bairro onde moro, o Parakanã, foi construído para abrigar essa leva de pessoas.”

RESALDO FERREIRA DA SILVA, 34 anos, morador de Canaã dos Carajás, auxiliar de pedreiro. Atualmente desempregado, ele foi um dos primeiros a se mudar para essa localidade, criada há cinco anos

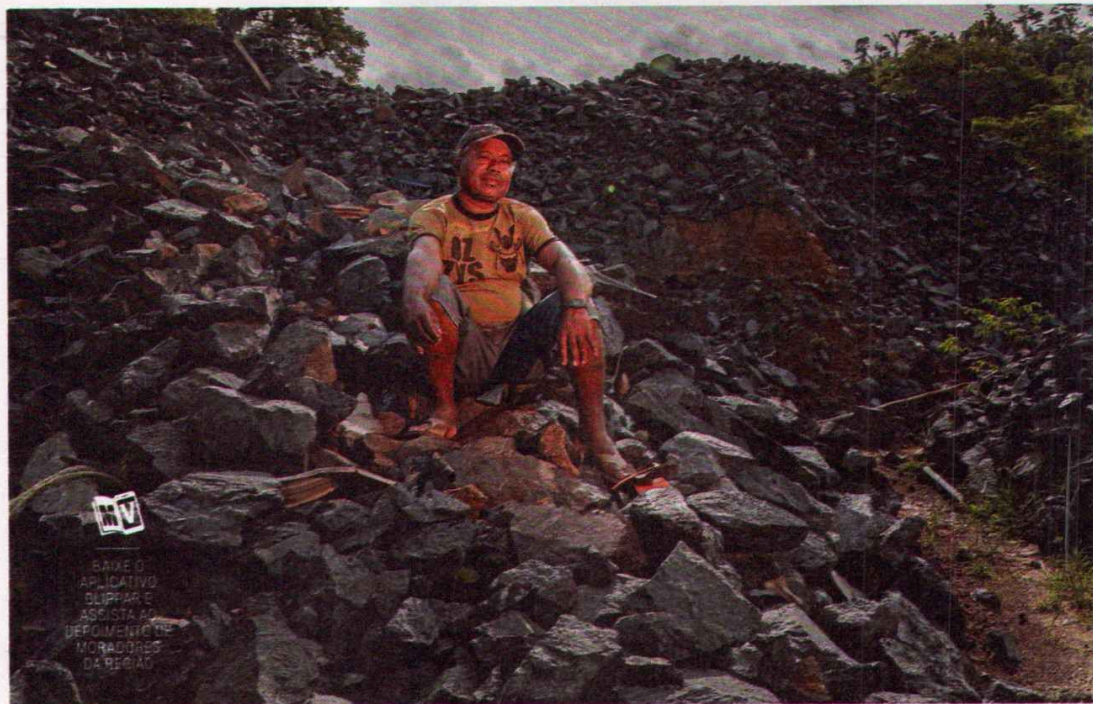


“Minha família foi remanejada duas vezes pela Vale. Na primeira, quando eu tinha 1 ano, por estarmos próximos de áreas que passaram a ser da empresa. Na segunda, pela nova mina.”

WILLIAM JOSÉ RIBEIRO, 33 anos, lavrador, também morador de Canaã dos Carajás. Ele e a mulher, a dona de casa Edna, 31 anos, saíram em 2009 da vila Racha Placa, que desapareceu com o início do projeto, e se mudaram para o centro de Canaã

monstraram preocupação com o uso de explosivos na nova mina de ouro, a uma distância tão curta da barragem. Já com relação às terras indígenas, a Funai não aceitou os estudos de impacto realizados pela empresa canadense. Por fim, especialistas apontam o perigo do uso de cianeto (uma substância química altamente tóxica), usado na separação do ouro das rochas. A questão indígena levou o MPF a mandar a Belo Sun paralisar temporariamente o projeto de Volta Grande em abril. Uma decisão com a qual a Belo Sun não concorda. Para a mineradora, o projeto deveria prosseguir como está e ser concluído no máximo até 2020. Por meio de nota enviada a VEJA por e-mail, a empresa afirmou que “segue intensificando o diálogo com as instituições públicas e privadas relacionadas à sua atividade”, com o intuito de retomar as obras. Além disso, acrescentou que “preza pela transparência das informações sobre o projeto Volta Grande e está à disposição para dialogar e construir propostas para o desenvolvimento e o fortalecimento da região”.

Enquanto isso, forma-se uma grande massa de desempregados na região. Em uma quarta-feira comum de fevereiro passado, os moradores de Vila do Galo — abrigo de famílias dos antigos garimpeiros — jogavam cartas, conversavam na porta de casa ou simplesmente esperavam o dia passar. Tem sido assim nos últimos cinco anos, desde que a Belo Sun começou a ocupar a área. Os moradores, contudo, alimentam a esperança de que a situação melhorará e que todos passarão a ter emprego a partir do momento em que a mina de ouro de Volta Grande começar a funcionar. A Belo Sun promete empregar 2 100 trabalhadores quando chegar o auge das obras e outros 526 na hora em que o empreendimento for inaugurado. Uma das condi-



cionantes do MPF para que a mineração ocorra é que ao menos 30% dessa mão de obra seja proveniente de vilas e municípios próximos.

Para a defensora pública estadual Andreia Barreto, que estuda o caso, “é possível, sim, ter mineração em terras públicas, com reassentamento das pessoas afetadas e com compensações ambientais. A legislação prevê esses cenários”. Ela ressalta, entretanto, que “não se pode permitir que haja algum deslize no projeto. Qualquer erro pode levar a tragédias como a de Mariana, ou conflitos como os que envolveram Belo Monte”. Um bom exemplo do que Andreia descreve como cenário possível é a mina de ferro S11D, da Vale. Localizada no sudeste do estado, em Canaã dos Carajás, a mina fica a 125 quilômetros de Eldorado dos Carajás, palco do massacre de Eldorado, em 1996, no qual

“O melhor seria que a mina da Belo Sun operasse logo. Garimpei em Serra Pelada. Aqui sempre foi assim, com trabalho em condições horríveis. Essa será a chance de ter emprego de verdade na região.”

DANIEL FERREIRA DA SILVA,

48 anos, morador da Vila do Galo, garimpeiro. Sem ocupação fixa há cinco anos, Silva passa os dias revirando restos do antigo garimpo, em busca de resquícios de ouro, enquanto espera ficar pronta a mina onde pretende trabalhar

PMs entraram em confronto com 1500 sem-terra, que reivindicavam a desapropriação de uma área, levando à morte dezenove manifestantes. A mina S11D tem potencial para se tornar a maior produtora de ferro do planeta (confira o quadro na pág. 85). Mas sua construção não ocorreu sem percalços.

Inicialmente, a Vale poderia destruir uma área de 20 000 hectares de canga, uma vegetação típica da Floresta Nacional dos Carajás. A empresa, porém, teve de negociar suas ambições com o ICMBio, órgão federal de fiscalização ambiental. O projeto, então, foi viabilizado da seguinte forma: um terço do ecossistema terá de ser preservado, outro terço poderá ser imediatamente ocupado e a parcela restante deve esperar novas avaliações para que se conclua se poderá ser minerada. O ICMBio ainda exigiu que a



Vale descartasse os resquícios gerados pela mina de ferro em um depósito longe de reservas ambientais e garantisse o transporte desse material por um meio sustentável. A mineradora brasileira também compensou financeiramente os moradores de cidades afetadas pela iniciativa.

Apesar do seu método agressivo de exploração, a mineração, ninguém discute, é essencial para o desenvolvimento da sociedade — e inexistente um modo “não invasivo” de fazê-la. O ferro, por exemplo, está presente na maioria dos produtos que utilizamos no dia a dia, de automóveis a suplementos alimentícios. Em 2016, a exportação desse minério representou uma parcela de 7% da balança comercial brasileira. Já o ouro serve de valor monetário para certificar a reserva dos bancos centrais das nações mundo afora. Hoje, 1 grama

“Somos de Novo Repartimento, também aqui no Pará, e viemos para cá em busca de alguma oportunidade na nova mina de ouro. Por enquanto, porém, continuamos na espera de que algo de bom aconteça”

BEATRIZ CUNHA DE SOUZA,
21 anos, moradora de Senador José Porfírio, desempregada. Ela divide a casa com onze pessoas de sua família há oito meses, na cidade que fica a 170 quilômetros de onde será montada a nova estrutura de Belo Sun

desse produto custa em torno de 122 reais. Além disso, o ouro é matéria-prima essencial para a indústria de eletrônicos, por ser um dos melhores condutores elétricos existentes. Para se ter ideia, num smartphone são utilizados cerca de 30 miligramas do minério nas placas que compõem os seus circuitos. Ou seja, acabar, hoje, com a prática da mineração seria completamente inviável, pois interromperia o funcionamento de setores vitais da economia mundial. O que já se sabe, no entanto, é que é possível levar adiante empreendimentos ambiciosos, como as duas novas minas do Pará, atenuando ao máximo as mazelas ambientais e sociais. Para que isso seja feito, basta aprender com os erros, e não repeti-los. E dar um bye-bye ao passado. ■

Com reportagem de Carla Monteiro